

Futura Comercial Trading Ltda.

Relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2021



Índice

	Página
Relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias	3
Informações contábeis intermediárias	5
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021	12

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

**Grant Thornton Auditores
Independentes**

Av. Ayrton Senna da Silva, 300 - 3º
andar, sala 311 Gleba Palhano,
Londrina (PR) Brasil

T +55 43 3306-1047

Aos Administradores e Quotistas da
Futura Comercial Trading Ltda.
Pato Branco – Paraná

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Futura Comercial Trading Ltda. (Empresa), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09– “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Londrina, 13 de agosto de 2021.



Marcelo Castro Valentini
CT CRC 1SP-239.472/O-2

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Futura Comercial Trading Ltda.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.499	4.843
Contas a receber de clientes	9	43.433	32.926
Estoques	10	24.043	20.732
Impostos a recuperar	11	1.226	392
Adiantamentos a fornecedores	12	2.320	7.394
Outras contas a receber	-	522	506
Despesas antecipadas	-	91	73
Total do ativo circulante		<u>74.134</u>	<u>66.866</u>
Ativo não circulante			
Impostos a recuperar	11	-	21
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	454	71
Contas a receber de clientes	9 e 17	1.785	1.785
Imobilizado	13	522	252
Arrendamentos	14	298	602
Intangível	-	74	60
Total do ativo não circulante		<u>3.133</u>	<u>2.791</u>
Total do ativo		<u>77.267</u>	<u>69.657</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Futura Comercial Trading Ltda.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	8.440	2.329
Fornecedores	15	20.082	24.880
Impostos e contribuições a recolher	18	6.437	4.073
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	1.215	640
Adiantamentos de clientes	-	125	1.179
Outras contas a pagar	-	-	13
Total do passivo circulante		<u>36.299</u>	<u>33.114</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	20.690	22.403
Fornecedores	15	-	35
Impostos e contribuições a recolher	18	3.229	3.859
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	48	-
Total do passivo não circulante		<u>23.967</u>	<u>26.297</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	19.a	4.451	4.451
Reservas de lucros	-	12.550	5.795
Total do patrimônio líquido		<u>17.001</u>	<u>10.246</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>77.267</u>	<u>69.657</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Futura Comercial Trading Ltda.

Demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Notas	01/04/2021	01/01/2021	01/04/2020	01/01/2020
		a 30/06/2021	a 30/06/2021	a 30/06/2020	a 30/06/2020
Receita operacional líquida	21	50.123	75.254	30.709	46.313
Custo dos produtos vendidos	22	(32.705)	(48.836)	(18.196)	(27.927)
Lucro bruto		17.418	26.418	12.513	18.386
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas de vendas	22	(3.749)	(7.722)	(2.452)	(4.113)
Despesas administrativas e gerais	22	(4.255)	(7.683)	(2.312)	(3.848)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	269	102	2	(5)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		9.683	11.115	7.751	10.420
Receitas financeiras	23	28	242	17	41
Despesas financeiras	23	(2.891)	(3.927)	(310)	(1.166)
Variação cambial, líquida	23	2.078	769	(219)	(2.692)
Despesas financeiras, líquidas		(785)	(2.916)	(512)	(3.817)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		8.898	8.199	7.239	6.603
Imposto de renda e contribuição social - corrente	11	(2.221)	(2.221)	(36)	(36)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	11	(47)	454	746	136
Resultado do exercício decorrente das operações em continuidade		6.630	6.432	7.949	6.703
Resultado do exercício decorrente das operações descontinuadas		(86)	323	(262)	(1.986)
Resultado do período		6.544	6.755	7.687	4.717
Resultado por ação atribuível aos quotistas da Empresa - em R\$					
Básico		1,4702	1,5176	1,0716	0,6576
Diluído		1,4702	1,5176	1,0716	0,6576

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Futura Comercial Trading Ltda.

Demonstrações de resultados abrangentes para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Resultado do período	6.544	6.755	7.687	4.717
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	6.544	6.755	7.687	4.717

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Futura Comercial Trading Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de Lucros		Total
			Reserva de retenção de Lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.173	1.236	-	(142)	8.267
Realização custo atribuído	-	(36)	-	11	(25)
Resultado do período	-	-	-	4.717	4.717
Destinações:					-
Constituição de reserva de lucros	-	-	4.586	(4.586)	-
Saldos em 30 de junho de 2020	7.173	1.200	4.586	-	12.959
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.451		5.795	-	10.246
Resultado do período	-	-	-	6.755	6.755
Destinações:					-
Distribuição de lucros	19.d	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros	19.b	-	6.755	(6.755)	-
Saldos em 30 de junho de 2021	4.451	-	12.550	-	17.001

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Futura Comercial Trading Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o período findo em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	6.755	4.717
Ajustes para:		
Constituição de provisão para perdas esperadas com clientes	410	(36)
Amortização arrendamentos	330	639
Ajuste a valor presente - Clientes	104	132
Ajuste a valor presente - Fornecedores	(49)	-
Depreciação e amortização	27	97
Custo residual de itens permanentes baixados	(1)	-
Constituição de provisão para férias e encargos	375	277
Juros apropriados sobre empréstimos	437	333
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(335)	(90)
Variações nos ativos e passivos		
Aumento em contas a receber de clientes	(11.021)	(11.636)
Aumento (redução) estoques	(3.311)	(2.149)
Aumento (redução) em impostos a recuperar	(813)	110
Aumento (redução) em adiantamentos a fornecedores	5.074	(1.495)
Aumento (redução) em outras contas a receber	(16)	325
Aumento (redução) em despesas antecipadas	(18)	6
Redução (aumento) fornecedores	(4.810)	653
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recolher	1.734	1.164
Redução (aumento) em obrigações trabalhistas	200	193
Redução (aumento) em adiantamento de clientes	(1.054)	2.619
Redução (aumento) em outras contas a pagar	(13)	61
Fluxos de caixa líquidos provenientes das atividades operacionais	<u>(5.995)</u>	<u>(4.081)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Adições em ativo imobilizado	(296)	(113)
Adições em intangível	(14)	1
Fluxos de caixa líquidos usados nas atividades de investimento	(310)	(112)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos captados	4.992	6.815
Pagamento principal	(618)	(4.504)
Pagamento de juros	(413)	(260)
Fluxos de caixa líquidos usados nas atividades de financiamento	3.961	2.051
Redução líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.344)</u>	<u>(2.141)</u>
Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	4.843	3.843
No fim do exercício	2.499	1.702
Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.344)</u>	<u>(2.141)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Futura Comercial Trading Ltda.

Demonstrações do valor adicionado para o período findo em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Receitas		
Receita de vendas de mercadoria/serviços prestados	92.427	53.083
	92.427	53.083
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo da mercadoria vendida/serviços prestados	(48.836)	(28.889)
Serviços de terceiros	(1.170)	(431)
Outras despesas operacionais	(10.358)	(5.409)
	(60.364)	(34.729)
Valor adicionado bruto	32.063	18.354
Retenções		
Depreciações e amortizações	(35)	(97)
Valor líquido produzido pela entidade	32.028	18.257
Valor adicionado recebido em transferência		
Outras receitas	102	5
Receitas financeiras	120	41
	222	46
Valor adicionado total a distribuir	32.250	18.303
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal e encargos (exceto INSS)	2.944	1.531
Impostos, taxas e contribuições (inclusive INSS)	17.647	3.639
Juros e encargos financeiros	4.574	8.226
Aluguel	330	190
Resultado líquido do período	6.755	4.717
Resultado correto	<u>32.250</u>	<u>18.303</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Futura Comercial Trading Ltda. (“Empresa”) é uma sociedade empresarial limitada, com sede na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, e tem como objeto social o comércio, por atacado ou não, de bebidas alcoólicas.

Em 2019, através da 12ª alteração contratual alterou sua denominação social de Cantu Futura Importação e Exportação Ltda. para **Futura Comercial Trading Ltda.**, para atender seu fim e objetivo atual como trading das operações do Grupo Cantu Alimentos e Bebidas, de qual faz parte e, atender clientes que objetivem serviços de conta e ordem e encomenda.

Em 30 de novembro de 2020, realizou cisão parcial de seus ativos e passivos com objetivo de manter em suas demonstrações contábeis apenas seus negócios relacionados ao núcleo de negócios de vinhos e operações de trading. A alteração contratual que suportou esta operação é a 18ª, protocolada em 15 de dezembro de 2020 e registrada em 17 de dezembro de 2020.

O valor líquido dos ativos objeto da cisão foram avaliados a valor constante nos livros contábeis na data da cisão parcial e estão descritos abaixo:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido
Em 30 de novembro de 2020					
Futura Comercial Trading Ltda	12.162	2.405	9.938	569	4.059
Total	12.162	2.405	9.938	569	4.059

O segundo trimestre de 2021 foi marcado pela continuidade, resultando em uma aceleração da expansão da Empresa, que apresentou crescimento de receita líquida em torno de 71% em relação ao segundo trimestre de 2020.

Embora cabe-se ressaltar que os efeitos comparativos são de mercados, pré pandemia e em período de pandemia, que este último trouxe várias restrições ao mercado de bares e restaurantes, que se espera com a normalização das atividades de forma gradual, tenha-se ainda um crescimento natural pela retomada das atividades.

Não se observa no período efeito de vendas pontuais, ou seja, clientes que efetuam uma única venda significativa e posteriormente não recompram.

Covid-19:

A Empresa continua seguindo todas as orientações de prevenção à Covid-19 divulgadas pelos órgãos de saúde competentes e vem mantendo as medidas para mitigar o risco de transmissão da Covid-19 nos locais de trabalho. Embora a pandemia ainda esteja ativa, as restrições impostas pelas autoridades brasileiras começaram aos poucos a serem flexibilizadas, e neste contexto consideramos que os efeitos da pandemia na economia global e no Brasil já iniciaram um processo de dissipação. Até o presente momento, a Empresa não identificou impactos significativos em suas operações, mantendo as previsões de venda e faturamento dos seus produtos.

No decorrer do período, a administração avaliou de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações e nas demonstrações contábeis. As principais medidas foram tomadas:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como plano de home office das equipes quando possível, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis;
- Negociação com fornecedores para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário;
- Avaliação das condições de pagamento com os fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento do valor de recuperabilidade dos recebíveis.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP) e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações contábeis intermediárias da Empresa, referente aos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020, compreendem as informações contábeis intermediárias, elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico “CPC 21 – Demonstração Intermediárias (R1)” e com a norma internacional de contabilidade “IAS 34 – *Interim Financial Reporting*”, emitida pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

A preparação das informações contábeis intermediárias requer o uso, pela Administração da Empresa, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Empresa na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Listamos a seguir as notas explicativas que foram apresentadas nas demonstrações contábeis anuais de 31 de dezembro de 2020 e 2019, as quais não estão sendo incluídas ou apresentadas no mesmo grau de detalhamento nestas informações contábeis intermediárias, visto a ausência de alterações relevantes neste trimestre:

- Práticas contábeis:** Nota Explicativa nº 6
- Estimativas contábeis e julgamentos críticos:** Nota Explicativa nº 4

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Empresa em 13 de agosto de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na Nota Explicativa nº 6.

b) Demonstração de valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos na Norma NBC TG 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar.

2.1. Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a administração da Empresa, também responsável pela tomada das decisões estratégicas.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as premissas e estimativas em 30 de junho de 2021 e 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 9** - Contas a receber de clientes (mensuração de perda estimada em créditos de liquidação duvidosa para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda);
- **Nota Explicativa nº 10** - Estoques (provisão para perdas em estoques);
- **Nota Explicativa nº 13** - Imobilizado (valor residual, vida útil e teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação ao valor residual, vida útil e valores recuperáveis);
- **Nota Explicativa nº 20** - Provisão para contingências (reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- **Nota Explicativa nº 24** - Instrumentos financeiros (mensuração do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros).

b) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação.

Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis aplicáveis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

6. Principais políticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b) Caixa e equivalentes a caixa

Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Contas a receber de clientes e provisão para perdas estimadas

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa.

A provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios e as premissas utilizados pela Administração, bem como a movimentação da provisão, estão descritos na Nota Explicativa nº 9.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O custo dos estoques é baseado no princípio de preço médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições atuais. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores líquidos de realização.

O valor líquido de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

e) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo reduzido do valor residual estimado para o bem. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edificações e construções	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de computação	5 anos
Instalações comerciais	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja apropriado.

f) Intangível

i. Reconhecimento e mensuração

Softwares e demais intangíveis

Possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

iii. Amortização

Os softwares e demais intangíveis são amortizados utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A vida útil estimada do intangível é a seguinte:

Softwares	05 anos
-----------	---------

g) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Empresa não fornece benefícios de longo prazo a seus empregados.

h) Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

Os contatos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contatos a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contatos a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii. Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. Neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas às condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas às condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA) Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii. **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Empresa realizar transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv. **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

v. **Instrumentos financeiros derivativos**

A Empresa não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados.

i) **Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

i. **Ativos financeiros não-derivativos**

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A Empresa considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Empresa considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utilizava tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Empresa considera que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Quando um evento subsequente indicou uma redução da perda, a provisão foi revertida através do resultado.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa têm uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

k) Receita de vendas

Venda de bens

As receitas provenientes de vendas de produtos são reconhecidas quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Empresa espera ter direito em troca desses bens. As obrigações de desempenho são satisfeitas em momento específico no tempo. A Empresa não realiza vendas com envolvimento gerencial continuado. As vendas da Empresa são, em sua maioria, para clientes atacadistas e, em menor volume, para revendedores varejistas.

O momento específico no tempo em que o direito legal assim como os riscos e benefícios são substancialmente transferidos para o cliente é determinado da seguinte forma:

- i. Para contratos em que a Empresa é responsável pelo frete e seguro, o direito legal, bem como os riscos e benefícios, são transferidos ao cliente quando o risco da mercadoria é entregue no destino combinado contratualmente;
- ii. Para contratos em que o frete e o seguro são de responsabilidade do cliente, os riscos e benefícios são transferidos quando os produtos são entregues à transportadora do cliente.

l) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, rendimento de aplicações financeiras, juros sobre carteira de recebíveis e ganhos com variação cambial.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos e perdas com variação cambial.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

n) Operações descontinuadas

A operação descontinuada é apresentada em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada ao *impairment* e são apresentadas na Nota Explicativa nº 27.

o) Arrendamentos

A partir de 1º de janeiro de 2019 a Empresa adotou o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) – Arrendamentos, que estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, substituindo as normas anteriores de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O pronunciamento busca determinar se um contrato contém um acordo de arrendamento ou se é um contrato de serviços. Caracterizado o arrendamento, este é registrado no ativo e devidamente amortizado, em contra partida também são registrados os passivos oriundos da operação.

p) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja Nota Explicativa nº 6(h)).

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7. Novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor

i. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e CPC novas e revisadas

Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2020, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Empresa foram os seguintes:

- Definição de negócios (alterações ao IFRS 3);
- Definição de materialidade (alterações ao IAS 1 e IAS 8);
- Reforma da taxa de juros referenciais (alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7);
- Alterações a referências à estrutura conceitual básica (várias normas);
- Concessões relacionadas à COVID-19 (alterações à IFRS 16).

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Empresa, e não houve impactos em suas demonstrações contábeis quanto à sua aplicação.

ii. Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Empresa (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas):

- IFRS 17 Contratos de seguros;
- Alterações ao IFRS 17 Contratos de seguros (alterações ao IFRS 17 e IFRS 4);
- Referências à Estrutura Conceitual;
- Produtos antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16);
- Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao IAS 37);
- Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao IAS 1).

8. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	2.059	4.434
Aplicações de liquidez imediata	440	409
Total	2.499	4.843

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se aos investimentos em fundos de renda fixa e de Certificados de Depósitos Bancário (CDB) com títulos privados em moeda nacional, remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (93% a 100% do CDI em média) sendo prontamente conversíveis em um valor conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam aplicações financeiras dadas como garantias aos empréstimos e financiamentos.

9. Contas a receber de clientes

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	30/06/2021	31/12/2020
Contas a receber no país	28.106	21.309
Contas a receber - partes relacionadas – Nota Explicativa nº 17	1.785	11.907
Outras contas a receber – partes relacionadas – Nota Explicativa nº 17	16.131	1.785
(-) Provisão para perdas esperadas com clientes (i)	(541)	(131)
(-) Ajuste a valor presente (ii)	(263)	(159)
Total	45.218	34.711
Circulante	43.433	32.926
Não circulante	1.785	1.785
Total	45.218	34.711

(i) A Empresa tem como política contábil constituir a provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa para os recebíveis cuja liquidação seja considerada como incerta. Inicialmente, são feitas análises individuais, verificando-se o histórico recente e a data de vencimento dos títulos, bem como as condições de negócio de cada recebível, como negociações efetuadas com os clientes e a possibilidade de realização de cada recebível. Para 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Administração com base em suas análises julga como suficiente a provisão registrada;

(ii) A Administração da Empresa reconheceu ajuste a valor presente para todos os valores apresentados em contas a receber, pela taxa de 5,23% ao ano.

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por idade de vencimento no período findo em 30 de junho de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	30/06/2021	31/12/2020
A vencer no País	28.445	29.078
Vencidos até 30 dias	693	2.506
Vencidos de 31 a 90 dias	6.078	1.835
Vencidos de 91 a 180 dias	8.882	609
Vencidos de 181 a 360 dias	1.784	670
Acima de 360 dias	140	303
Total	46.022	35.001
(-) Provisão para perdas esperadas com clientes	(541)	(131)
(-) Ajuste a valor presente	(263)	(159)
Total	45.218	34.711

A movimentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com clientes está demonstrada a seguir:

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo no início do período/exercício	131	167
Provisão constituída	410	-
Reversão/baixa	-	(36)
Saldo no final do período/exercício	541	131

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, existiam duplicatas dadas como garantias aos empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 13.181 em 30 de junho de 2021 (R\$ 13.260 em 31 dezembro de 2020, conforme Nota Explicativa nº 16).

10. Estoques

	30/06/2021	31/12/2020
Mercadoria para revenda	19.324	16.810
Importações em andamento	2.165	790
Adiantamentos a fornecedores nacionais (i)	1.460	380
Adiantamentos a fornecedores estrangeiros (ii)	999	2.562
Outros	95	190
Total	24.043	20.732

(i) Antecipações para nacionalização de cargas mantidas em entreposto aduaneiro na importação de vinhos e espumantes.

(ii) Substancialmente composto por fornecedores estratégicos utilizados para a importação de vinhos e espumantes, entre outros, para comercialização no comércio nacional.

A Administração da Empresa entende não ser necessário o registro de provisão para perdas em estoques, pois tem como estimativa que os seus estoques sejam realizados em um período inferior a 180 dias.

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam estoques dados como garantias aos empréstimos e financiamentos.

11. Impostos diferidos e correntes

a) Impostos a recuperar

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	30/06/2021	31/12/2020
ICMS	212	29
IPI	6	-
IRPJ	715	255
CSLL	263	99
Cofins	30	30
Total	1.226	413
Circulante	1.226	392
Não circulante	-	21
Total	1.226	413

b) Reconciliação da alíquota efetiva

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A aplicação de tais alíquotas leva em consideração o regime tributário do lucro real.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período findo em 30 de junho de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 podem ser conciliadas com o lucro contábil, como segue:

	30/06/2021	30/06/2020
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	8.199	6.603
Adições permanentes	-	-
Adições temporárias	-	-
Adições – operações descontinuadas	323	-
Exclusões – operações descontinuadas	-	(1.986)
Exclusões permanentes	(1.990)	(4.511)
Lucro (prejuízo) fiscal antes nas compensações de prejuízos	6.532	106
(-) Compensação de prejuízos de períodos anteriores	-	-
Lucro (prejuízo) fiscal	6.532	106
Taxa nominal combinada 25% de IRPJ e 9% CSLL	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	2.221	(36)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(454)	136
Total Imposto de Renda e Contribuição Social	1.767	100
Alíquota efetiva	27,05%	94,30%

c) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

No período findo em 30 de junho de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo não circulante	30/06/2021	31/12/2020
Diferenças temporárias	1.335	209
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferido ativo	454	71

A Administração considera que os impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que deram origem, combinadas com a geração de lucros tributários futuros.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A Administração tem como política a revisão periódica dessas premissas e, se necessário, fará os ajustes nos valores dos créditos tributários contabilizados para refletir de maneira mais adequada a sua respectiva realização.

12. Adiantamentos a fornecedores

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	30/06/2021	31/12/2020
Adiantamentos a fornecedores partes relacionadas - Nota Explicativa nº 17	2.320	7.394
Total	2.320	7.394

13. Imobilizado

a) Composição do saldo

	Custo	30/06/2021		31/12/2020
		Depreciação	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	(1)	9	3
Móveis e utensílios	2	-	2	-
Equipamentos de computação	130	(40)	90	50
Instalações comerciais	210	-	210	89
Imobilizado em andamento	159	(64)	95	-
Outras imobilizações	133	(17)	116	110
Total	644	(122)	522	252

b) Movimentação do custo

	Saldo em	Movimentação 01/01/2021 a		Saldo em
	31/12/2020	30/06/2021		30/06/2021
	Custos	Adições	Baixas	Custos
Máquinas e equipamentos	3	8	(1)	10
Equipamentos de computação	78	52	-	130
Móveis e utensílios	-	2	-	2
Instalações comerciais	145	65	-	210
Construções em andamento	-	173	(14)	159
Outras imobilizações	121	14	(2)	133
Total	347	314	(17)	644

	Saldo em	Movimentação em 2020			Saldo em
	31/12/2019	Adições	Cisão (i)	Baixas	31/12/2020
	Custos				Custos
Terrenos	109	-	(109)	-	-
Edificações e construções	3.827	-	(2.251)	(1.576)	-
Máquinas e equipamentos	341	3	(8)	(333)	3
Veículos	992	-	-	(992)	-
Móveis e utensílios	71	-	(2)	(69)	-
Equipamentos de computação	72	6	(2)	-	78
Instalações comerciais	153	8	(4)	(10)	145
Outras imobilizações	29	121	(29)	-	121
Total	5.594	137	(2.405)	(2.980)	347

c) Movimentação da depreciação

	Saldo em	Movimentação de 01/01/2021 a		Saldo em
	31/12/2020	30/06/2021		30/06/2021
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Equipamentos de computação	(28)	(12)	-	(40)
Instalações comerciais	(56)	(9)	-	(65)
Outras imobilizações	(11)	(6)	-	(17)
Total	(95)	(27)	-	(122)

	Saldo em	Movimentação em 2020		Saldo em
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
	Depreciação			Depreciação
Edificações e construções	(1.450)	(255)	1.705	-
Máquinas e equipamentos	(327)	-	327	-
Veículos	(992)	-	992	-
Móveis e utensílios	(69)	(1)	70	-
Equipamentos de computação	(52)	(19)	43	(28)
Instalações comerciais	(45)	(18)	7	(56)
Outras imobilizações	-	(11)	-	(11)
Total	(2.935)	(304)	3.144	(95)

- (i) Em 2020, no mês de novembro de 2020, a Empresa realizou cisão parcial de seus ativos e passivos com objetivo de manter em suas demonstrações contábeis apenas seus negócios relacionados ao núcleo de negócios de vinhos e operações de trading, a alteração contratual que suportou esta operação é a 18ª, protocolada em 15 de dezembro de 2020 e registrada em 17 de dezembro de 2020.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o período findo em 30 de junho de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Administração não constatou a necessidade da realização do teste de *impairment*, pois não constatou mudanças ou riscos que poderiam gerar reflexos nos negócios da Empresa.

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, existiam o montante de R\$ 3.060 de Imobilizado dados como garantias aos empréstimos e financiamentos, vide detalher na nota explicativa nº 16.

14. Arrendamentos

A Empresa reconhece um ativo e um passivo de arrendamentos na data de início do arrendamento. O ativo de arrendamentos é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo do arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, quando essa taxa não pode ser determinada imediatamente, geralmente, a taxa média dos empréstimos como taxa de desconto.

A taxa de empréstimo incremental equivale à taxa praticada pela Empresa ao tomar um empréstimo, com prazo e garantia semelhante, necessário para obtenção de um ativo similar em um ambiente econômico e condições similares. A média ponderada da taxa incremental aplicada em 30 de junho de 2021 foi de 11,61% a.a. (11,61% a.a. em 31 de dezembro de 2020). O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

A Empresa, de acordo com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamentos, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados.

A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos está registrada como custo de amortização dos ativos de arrendamentos. As despesas financeiras sobre as obrigações de arrendamentos são reconhecidas e demonstradas como despesas de juros.

A Empresa não reconhece um ativo e passivo de arrendamentos para contratos com prazo inferior a 12 meses, e/ou de valores não relevantes.

14.1. Arrendamentos

	Prazo de vigência dos contratos	Custo	Amortização	Líquido 30/06/2021	Líquido 31/12/2020
Imóveis	1 a 3 anos	1.651	(1.353)	298	602
Saldo em 31 de dezembro		1.651	(1.353)	298	602

A despesa referente aos arrendamentos de baixo valor reconhecidos no período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021 foi de R\$330 (R\$ 510 em 31 de dezembro de 2020).

14.2. Provisão a pagar de arrendamentos

	Notas	30/06/2021	31/12/2020
Provisão com arrendamentos	15	309	640
Ajuste a valor presente	15	(11)	(38)
Total - Vide Nota Explicativa nº 15		298	602
Passivo circulante		298	567
Passivo não circulante		-	35
Total		298	602

Movimentação da provisão de arrendamento

	Líquido 31/12/2020	Remensuração e novos contratos	Apropriação de juros	Pagamentos	Líquido 30/06/2021
Provisão com arrendamentos	602	15	11	(330)	298
Saldo	602	15	11	(330)	298

	Líquido 31/12/2019	Remensuração e novos contratos	Apropriação de juros	Pagamentos	Líquido 31/12/2020
Provisão com arrendamentos	791	294	27	(510)	602
Saldos em 31 de dezembro de 2020	791	294	27	(510)	602

a) Informações adicionais:

A Empresa considerou na mensuração do seu ativo e passivo de arrendamento, o desconto ao valor presente das parcelas futuras, aplicando a taxa nominal.

Pelo requerimento do ofício circular CVM 02/19, para fins de divulgação adicional, a Empresa é requerida a avaliar o impacto da taxa de desconto com efeito de inflação. A Empresa efetuou o cálculo dos impactos considerando a taxa real para os contratos que preveem ajuste de inflação.

A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Empresa, equivale à taxa praticada pela Empresa ao tomar um empréstimo, com prazo e garantia semelhante, necessário para obtenção de um ativo similar em um ambiente econômico e condições similares, de acordo com o prazo de cada contrato.

Contas	30/06/2021		
	Registrado	Ofício CVM	% Variação
Arrendamentos	298	311	4,41%
Passivo de arrendamentos	(309)	(322)	4,41%
Depreciação	309	311	4,41%

Contas	31/12/2020		
	Registrado	Ofício CVM	% Variação
Arrendamentos	602	629	4,56%
Passivo de arrendamentos	(640)	(669)	4,56%
Depreciação	569	595	4,56%

15. Fornecedores

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	30/06/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais	2.875	701
Partes relacionadas - Vide Nota Explicativa nº 17	158	-
Importações em andamento	2.165	790
Obrigações por arrendamentos - Vide Nota Explicativa nº 14	298	602
Fornecedores estrangeiros (i)	14.727	23.023
(-) Ajuste a valor presente (ii)	(141)	(201)
Total	20.082	24.915
Passivo circulante	20.082	24.880
Passivo não circulante	-	35
Total	20.082	24.915

(i) Substancialmente composto por fornecedores estratégicos utilizados para a importação de vinhos e espumantes, entre outros, para comercialização no comércio nacional.

(ii) A Administração da Empresa reconheceu ajuste a valor presente para todos os valores apresentados em fornecedores a pagar, sendo descontado pela taxa de 5,23% ao ano.

As contas a pagar para fornecedores têm a seguinte composição por idade de vencimento no período findo em 30 de junho de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	30/06/2021	31/12/2020
A vencer	18.482	22.704
Vencidos até 30 dias	1.207	1.716
Vencidos de 31 a 90 dias	201	339
Vencidos de 91 a 180 dias	184	143
Acima de 181 dias	8	13
Total	20.082	24.915

16. Empréstimos e financiamentos

a) Composição dos empréstimos e financiamentos

Em moeda nacional

Modalidade	Juros (i)	30/06/2021	31/12/2020
Capital de giro	5,79% a.a. a 8,98% a.a. + CDI	29.130	24.732
Total		29.130	24.732
Passivo circulante		8.440	2.329
Passivo não circulante		20.690	22.403
Total		29.130	24.732

(i) A taxa informada representa a média ponderada das taxas dos contratos vigentes em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos, durante o período findo em 30 de junho de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 pode ser assim demonstrada:

	30/06/2021		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.329	22.403	24.732
Captação	5.055	-	5.055
Encargos financeiros	437	-	437
Transferências	1.713	(1.711)	1
Amortização - principal	(617)	-	(618)
Amortização - juros e variações	(477)	-	(477)
Saldo em 30 de junho de 2021	8.440	20.690	29.130

	31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo no início do exercício	4.505	7.000	11.505
Captação	19.818	-	19.818
Encargos financeiros	683	-	683
Transferências	(15.403)	15.403	-
Amortização - principal	(6.622)	-	(6.622)
Amortização - juros e variações	(652)	-	(652)
Saldo no final do exercício	2.329	22.403	24.732

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Anos	30/06/2021	31/12/2020
2021	8.440	11.773
2022	7.004	4.720
2023	2.500	2.069
2024	2.083	2.069
2025	663	1.772
Total	20.690	22.403

Garantias

Os contratos de empréstimos são garantidos por aval dos sócios, alienação fiduciária e duplicatas. Os empréstimos não apresentam cláusulas de *covenants* financeiros.

	Duplicatas	Aval	Alienação Fiduciária	Total
Em 30 de junho de 2021				
Capital de giro	10.019	SIM	-	10.019
Capital de giro	1.158	SIM	-	1.158
Capital de giro	2.004	SIM	-	2.004
Capital de giro	-	-	3.060	3.060
Total	13.181			16.241

	Duplicatas	Aval	Alienação Fiduciária	Total
Em 31 de dezembro de 2020				
Capital de giro	-	SIM	-	8.191
Capital de giro	10.014	SIM	-	10.014
Capital de giro	1.242	SIM	-	1.242
Capital de giro	2.004	SIM	-	2.004
Capital de giro	-	-	2.921	2.921
Total	13.260	-	2.921	24.372

17. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 referem-se às transações comerciais entre as empresas do Grupo Cantu Alimentos e Bebidas.

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações são contraídos entre partes relacionadas, oriundas de operações de venda e compra de produtos, assim essas transações comerciais, como compra e venda de mercadorias entre essas entidades são realizadas em condições específicas (prazos de vencimentos alongados).

	Outras						
	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores	Outras contas a receber (i)	Adiantamentos a pagar	Adiantamentos de clientes	Vendas	Custos
Em 30 de junho de 2021	-	-	-	-	-	-	-
Cantu Importadora de Bebidas Ltda.	-	-	284	-	-	8.643	7.656
Cantu Agroindustrial Ltda.	-	-	1.828	-	-	1.081	850
Cantu Oeste Import. Export. Ltda.	1.785	2.306	14.019	-	-	11.226	10.368
Cantu Holding	-	-	-	158	-	-	-
Total	1.785	2.306	16.131	158	-	20.951	18.875

	Outras					
	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores	Outras contas a receber (i)	Adiantamentos de clientes	Vendas	Custos
Em 31 de dezembro de 2020						
Cantu Importadora de Bebidas Ltda.	(2)	20	-	1.103	29.547	26.695
Cantu Agroindustrial Ltda.	2.290	-	-	-	1.699	1.323
Cantu Oeste Import. Export. Ltda.	9.619	7.374	-	-	39.708	36.389
Jeferson Cantu	-	-	903	-	-	-
Peterson Cantu	-	-	882	-	-	-
Total	11.907	7.394	1.785	1.103	70.954	64.407

- (i) Referem-se a empréstimos concedidos a partes relacionadas da Empresa. A taxa de juros pactuada, conforme contratos firmados entre as partes, é de 100% da taxa de CDI ao mês com vencimento para 31 de dezembro de 2021. As transações foram realizadas de acordo com os termos e as condições celebrados entre as partes levando-se em consideração o fluxo de caixa da Empresa, portanto, poderiam ser diferentes caso tivessem sido realizadas com terceiros não integrantes do seu Grupo econômico.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração é composto pelos sócios, e a remuneração destes se dá por distribuição de lucros e pró-labore. Foram pagos a título de remuneração do pessoal-chave da administração o montante de R\$ 90 no período findo em 30 de junho de 2021 (R\$ 180 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). A Empresa não concede benefícios com características de longo prazo.

18. Impostos e contribuições a recolher

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	30/06/2021	31/12/2020
ICMS (i)	3.958	4.642
IPI (ii)	2.069	1.457
Cofins (ii)	963	849
PIS (ii)	186	143

IRPJ	1817	562
CSLL	-	194
Impostos de importação a recolher	657	-
Outros	16	85
Total	9.666	7.932
Circulante	6.437	4.073
Não circulante	3.229	3.859
Total	9.666	7.932

- (i) Em 30 de junho de 2021, a Empresa possuía parcelamentos estaduais referentes ao ICMS-ST, com adesão durante o exercício de 2019 e com vencimentos até 2024, atualizados pela Taxa Selic;
- (ii) Em 30 de junho de 2021, a Empresa possuía parcelamentos federais referentes aos programas Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) com adesão durante os exercícios de 2017 e de 2019 e com vencimentos até 2024, atualizados pela Taxa Selic.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019, estava representado por 7.173.130 (sete milhões cento e setenta e três mil e cento e trinta quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Por meio da 15ª alteração de contrato social registrada em 01 de setembro de 2020, os sócios Peterson Cantu e Jeferson Cantu, decidiram ceder e transferir suas cotas a Cantu Holding de Participações Ltda., retirando-se do quadro societário, mantendo-se administradores da sociedade.

Por meio da 18ª alteração, a controladora da sociedade, Cantu Holding de Participações Ltda e seus sócios administradores Peterson Cantu e Jeferson Cantu, decidiram por promover a cisão parcial da sociedade com o intuito de segmentar os negócios e atividades da sociedade, esta reorganização, reduziu o capital social da entidade em 2.721.583 (dois milhões setecentas e vinte e uma mil e quinhentos e oitenta e três cotas), ficando subscrito e integralizado o capital de 4.451.417 (quatro milhões quatrocentos e cinquenta e uma mil e quatrocentos e dezessete cotas) em 30 de junho de 2021 e em 31 dezembro de 2020.

Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, informamos que a Empresa tem como sócios Peterson Cantu com 50% de participação do seu capital social e o sócio Jeferson Cantu com 50% de participação do seu capital social.

b) Reservas de lucros

Nos termos dos arts. 197 e 202 da Lei nº 10.303/01, a Administração da Empresa propôs a destinação do saldo do lucro do exercício para reserva de lucros, o qual passou a perfazer o saldo de R\$ 12.550 em 30 de junho de 2021 (R\$ 5.795 em 31 de dezembro de 2020).

c) Distribuição de lucros

A Administração da Empresa assegura a distribuição de lucros aos sócios, conforme saldo remanescente de lucros acumulados, não havendo percentuais mínimos e máximos pré-estabelecidos.

No período findo em 30 de junho de 2021 não houve distribuição de lucros. Durante o exercício de 2020 houve a distribuição de lucros no montante de R\$ 164.

20. Provisão para contingências

Em 30 de junho 2021 e 31 de dezembro de 2020, não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

21. Receita operacional líquida

A receita líquida possui a seguinte composição:

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Vendas mercado interno	64.954	98.951	36.397	55.018
Receita operacional bruta (i)	64.954	98.951	36.397	55.018
Impostos sobre vendas	(10.926)	(17.173)	(4.108)	(6.018)
Devoluções e abatimentos	(3.905)	(6.524)	(1.580)	(2.687)
Deduções da receita	(14.831)	(23.697)	(5.688)	(8.705)
Receita líquida de vendas	50.123	75.254	30.709	46.313

(i) A variação positiva na receita operacional bruta é em decorrência do aumento de vendas no período, bem como está relacionada à mudança das operações comerciais das unidades da Cantu Importadora para a Futura, sejam: Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco. Esta operação deverá ser finalizada no 3º trimestre de 2021.

22. Custo dos produtos vendidos, despesas de vendas e despesas administrativas e gerais

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Custo dos produtos vendidos	32.500	48.631	18.983	28.714
Fretes (i)	2.069	3.245	1.398	2.078
Comissões sobre vendas (ii)	1.190	2.632	689	1.253
Salários e encargos (iii)	1.830	3.509	731	1.473
Despesas com serviços corporativos (iv)	450	809	277	599
Serviços de terceiros	1.028	1.771	424	706
Viagens e estadias	237	477	108	194
Aluguéis	302	330	188	190
Despesas com informática	168	296	133	258
Propaganda e publicidade	105	419	108	361
Despesas com depreciação e amortização	15	35	25	113
Provisão para perdas esperadas	200	200	(169)	(169)
Acordos comerciais	23	201	65	118

Outros custos e despesas	592	1.686	-	-
Total	40.709	64.241	22.960	35.888

Reconciliação dos custos e despesas por função

Custo dos produtos vendidos	32.705	48.836	18.196	27.927
Despesas com vendas	3.749	7.722	2.452	4.113
Despesas administrativas e gerais	4.255	7.683	2.312	3.848
Total	40.709	64.241	22.960	35.888

- (i) A variação na conta fretes, é em decorrência do aumento de vendas, relacionado com a desativação das unidades operacionais de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco, sendo que todas as receitas e despesas destas unidades serão absorvidas pela Empresa. Cabe ressaltar que a receita no mesmo período variou 64% acima do realizado no mesmo período de 2020.
- (ii) Para a conta de comissões sobre vendas é o mesmo motivo citado no item (i), adicionado a mudança da forma de pagamento das comissões, sendo que as mesmas passaram a ser apuradas pela liquidação e não mais pelo faturamento.
- (iii) A variação de um período para o outro justifica-se pela migração da base de colaboradores da Cantu Importadora para a Empresa a partir do 2º trimestre de 2020.
- (iv) Esta despesa, que é o custo do centro de serviço compartilhado que era absorvido pela Cantu Importadora foi transferido para a Futura unidade Itajaí (SC), a variação do período se deve a métrica de cobrança.

23. Receitas e despesas financeiras

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Receitas financeiras				
Juros ativos	20	43	13	37
Rendimentos sobre aplicações financeiras	8	199	4	4
Total	28	242	17	41
Despesas financeiras				
Juros passivos	103	(606)	(149)	(688)
Ajuste a valor presente - Resultado	(189)	(122)	(51)	(25)
Descontos concedidos (i)	(2.661)	(2.999)	(178)	(318)
IOF	(2)	(4)	(2)	(6)
Outras despesas financeiras	(142)	(196)	70	(129)
Total	(2.891)	(3.927)	(310)	(1.166)
Variação cambial, líquida				
Variação cambial ativa (ii)	2.170	1.798	331	128
Variação cambial passiva (ii)	(92)	(1.029)	(550)	(2.820)
Total	2.078	769	(219)	(2.692)
Total	(785)	(2.916)	(512)	(3.817)

- (i) Descontos comerciais concedidos para clientes após a emissão da nota fiscal. Esta conta também absorve os acordos recebidos de produtores de outros segmentos que não sejam Vinho, e são repassados aos adquirentes como desconto financeiro.

- (ii) As variações cambiais são reconhecidas pela competência, e a variação significativa apresentada em 30 de junho de 2021, é devido à oscilação da moeda. A administração não pode afirmar, mas entende que durante o exercício de 2021 tenha-se um mercado menos oscilante, sem reduções de taxas.

24. Instrumentos financeiros

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Durante o período findo em 30 de junho de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Empresa não realizou operações com derivativos.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme o quadro abaixo:

	Notas	30/06/2021	31/12/2020
		Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.499	4.843
Contas a receber de clientes	9	45.218	34.711
Adiantamentos a fornecedores	12	2.320	7.394
Outras contas a receber	-	522	506
Passivos			
Fornecedores	15	20.082	24.880
Empréstimos e financiamentos	16	29.130	24.732
Outras contas a pagar	-	-	13

a) Gerenciamento de riscos financeiros

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de câmbio;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos da Empresa, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações contábeis.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Empresa possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Empresa, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Empresa e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Empresa.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Empresa caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Empresa de clientes.

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que esses fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais.

Risco de câmbio

A Empresa atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de transações em algumas moedas, basicamente com relação ao dólar americano e ao euro. O risco cambial decorre de compras de produtos importados, onde a administração monitora a oscilação das moedas e está apta a agir no caso de grandes variações.

A Empresa está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional da Empresa. As moedas nas quais essas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (€).

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, as operações vinculadas a moedas estrangeiras, apresentadas em reais, estavam compostas conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2021 Em US\$	30/06/2021 Em Reais
Adiantamentos a fornecedores estrangeiros	182	999
Importações em andamento	395	2.165
Fornecedores estrangeiros	(2.690)	(14.727)
Exposição líquida (dólar)	(2.113)	(11.563)

	31/12/2020 Em US\$	31/12/2020 Em Reais
Adiantamentos a fornecedores estrangeiros	493	2.562
Importações em andamento	152	790
Fornecedores estrangeiros	(4.430)	(23.023)
Exposição líquida (dólar)	(3.785)	(19.671)

Devido aos produtos comercializados pela Empresa serem majoritariamente importados o risco surge no momento do desembaraço aduaneiro dos produtos, visto que tais produtos entram no estoque (ao custo médio) com a *ptax* de nacionalização. À medida que essa *ptax* aumenta, a margem de contribuição da Empresa diminui, expondo a Empresa à taxa cambial no momento da nacionalização dos produtos.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros ou, ainda, os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pela Empresa e dos demais insumos, têm nos ganhos da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

b) Análise de sensibilidade

Devido aos produtos comercializados pela Empresa serem majoritariamente importados o risco surge no momento do desembaraço aduaneiro dos produtos, visto que tais produtos entram no estoque (ao custo médio) com a *ptax* de nacionalização. À medida que essa *ptax* aumenta, a margem de contribuição da Empresa diminui, expondo a Empresa à taxa cambial no momento da nacionalização dos produtos.

As despesas e receitas financeiras provenientes das operações com moedas estrangeiras da Empresa são afetadas pelas variações do câmbio, como o Dólar. Contudo, a Empresa não espera impactos significativos nas despesas e receitas financeiras em decorrência de a exposição cambial não ser material.

b.1) Cenário provável

O cenário provável da taxa de câmbio dólar-real, taxa de juros Selic e da taxa de juros CDI levou em conta a pesquisa Focus, divulgada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), tomado como base a data de 30 de junho de 2021.

De acordo com a Focus, ao final de 2021 o dólar se manterá próximo a R\$5,10, enquanto espera-se que a Selic encerre o período em 6,50% a.a. A taxa Selic é utilizada como referência para as análises de sensibilidade ao CDI.

Uma vez que a pesquisa Focus não divulga previsões para as taxas de juros LIBOR, optou-se por utilizar a mediana da projeção do Federal Reserve para a Federal Funds Rate projetada para o final do ano, publicada em março de 2021, em comparação com a curva da Treasury Rate em 30 de junho de 2021.

Na análise de sensibilidade, para cada variável foram estimadas as variações anualizadas correspondentes a 1 e 3 desvios-padrão das médias mensais dos últimos 5 anos, sendo equivalentes a aproximadamente 15,866% e 0,135% de probabilidade de ocorrência para os cenários razoavelmente possível e possível, respectivamente.

Tais mudanças são então aplicadas sobre os níveis correntes de mercado de cada variável.

b.2) Cenário razoavelmente possível e possível

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário:

Instrumento/ sensibilidade	Ganhos (perdas)		
	Cenário provável	Razoavelmente Possível (14%)	Possível (41%)
Taxa de câmbio dólar-real			
Adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(68)	140	410
Importações em andamento	(148)	303	888
Fornecedores estrangeiros	1.010	(2.062)	(6.038)

Instrumento/ sensibilidade	Ganhos (perdas)		
	Cenário provável	Razoavelmente Possível (17%)	Possível (52%)
Taxa de juros CDI			
Aplicações financeiras	-	75	229
Empréstimos e financiamentos	-	4.952	15.148

25. Cobertura de seguros

São mantidos contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco, para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Em 30 de junho de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais da Empresa possuía a composição: danos materiais, R\$ 7.865; responsabilidade civil, R\$ 200; aluguel R\$ 100 e transporte de mercadorias, R\$ 750. seguinte

26. Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisão operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a administração da Empresa, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Empresa.

Um segmento operacional é definido como um componente da Empresa para a qual haja informação contábil individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações da Empresa na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação de seu desempenho.

Tendo em vista o exposto na 12ª alteração contratual registrada em 25 de setembro de 2019, no qual a Empresa alterou sua denominação social de Cantu Futura Importação e Exportação Ltda. para Futura Comercial Trading Ltda., para atender seu fim e objetivo atual como trading das operações do Grupo Cantu Alimentos e Bebidas, de qual faz parte e, atender clientes que objetivem serviços de conta e ordem e encomenda, logo, faz-se necessário a informação por segmento, principalmente pelo detalhamento da vendas de vinhos e os outros itens do portfólio.

A administração avalia o desempenho da Empresa segmentando as vendas de vinhos e a comercialização por atacado ou não de frutas, verduras, legumes, ovos, cereais, produtos alimentícios naturais e industrializados ou enlatados, entre outros, conforme demonstrado a seguir:

30 de junho de 2021	Vinhos	Outros	Total
Receita operacional líquida	74.791	463	75.254
Custo dos produtos vendidos	(46.995)	(1.841)	(48.836)
Lucro bruto	27.796	(1.378)	26.418
Despesas administrativas e gerais	(7.709)	(13)	(7.722)
Despesas de vendas	(7.683)	-	(7.683)
Outras receitas operacionais, líquidas	102	-	102
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	12.506	(1.391)	11.115
Despesas financeiras	(2.438)	(1.367)	(3.805)
Receitas financeiras	120	-	120
Variação cambial, líquida	1.056	(287)	769
Resultado financeiro líquido	(1.262)	(1.654)	(2.916)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	11.244	(3.045)	8.199

30 de junho de 2020	Vinhos	Outros	Total
Receita operacional líquida	26.202	20.111	46.313
Custo dos produtos vendidos	(10.368)	(17.559)	(27.927)
Lucro bruto	15.834	2.552	18.386
Despesas administrativas e gerais	(3.834)	(14)	(3.848)
Despesas de vendas	(4.082)	(31)	(4.113)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(30)	(5)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	7.943	2.477	10.420
Despesas financeiras	(1.128)	(38)	(1.166)
Receitas financeiras	35	6	41
Variação cambial, líquida	(2.677)	(15)	(2.692)
Resultado financeiro líquido	(3.770)	(47)	(3.817)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	4.173	2.430	6.603

27. Operações descontinuadas

Durante o exercício de 2020, a Administração da Empresa aprovou a descontinuidade total das atividades operacionais relacionadas a hortifrutigranjeiros, as quais estavam alocadas na Futura Comercial Trading Ltda., a fim de atender seu fim e objetivo atual como trading das operações do Grupo Cantu Alimentos e Bebidas, mantendo apenas os negócios relacionados ao núcleo de negócios de vinho e operações de trading. Os ativos e passivos da operação foram cindidos em novembro de 2020, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 – Contexto operacional.

O resultado das operações descontinuadas no período findo em 30 de junho de 2021 e 2020 estão apresentadas a seguir:

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Receita operacional líquida	1.556	11.727	8.540	19.375
Custo dos produtos vendidos	(1.059)	(9.868)	(7.300)	(17.558)
Lucro bruto	497	1.859	1.240	1.817
Despesas administrativas e gerais	-	(16)	(40)	(77)
Despesas de vendas	(21)	(62)	(25)	(31)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	476	1.781	1.175	1.709
Despesas financeiras	(223)	(926)	(215)	(391)
Receitas financeiras	-	8	-	6
Variação cambial, líquida	(339)	(540)	(1.232)	(3.329)
Resultado financeiro líquido	(562)	(1.458)	(1.447)	(3.714)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	-	-	10	19
Resultado das operações descontinuadas	(86)	323	(262)	(1.986)

28. Resultado por quota

Em atendimento ao CPC 41/IAS-33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 – “Resultado por ação”), a Empresa apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por quota para os períodos findos em 30 de junho 2021 e 2020.

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por quota, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por quota.

A quantidade média ponderada de quotas usadas no cálculo do lucro por quota diluído concilia a quantidade média ponderada de quotas usadas na apuração do lucro básico por quota, não existindo mais quantidades como opções aos empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Básico				
Resultado do período	6.544	6.755	7.687	4.717
Quantidade de média ponderada de quotas utilizadas na apuração do lucro por quotas (milhares)	4.451	4.451	7.173	7.173
Resultado por quota básico	1,47	1,52	1,07	0,66
Diluído				
Resultado utilizado na apuração do lucro por quota	6.544	6.755	7.687	4.717
Quantidade de média ponderada de quotas utilizadas na apuração do lucro por quotas (milhares) - sem instrumentos passíveis de diluição	4.451	4.451	7.173	7.173
Resultado por quota diluído	1,47	1,52	1,07	0,66

29. Eventos subsequentes

29.1. Alteração de controladores

Em maio de 2021, a Futura Trading Ltda., passou a ser controlada pela W2W E-Commerce de Vinhos S.A., sendo que o Grupo Cantu, se retirou da operação de vinho por completo, passando as operações a serem concentradas na empresas sobre controle da W2W E-Commerce de Vinhos S.A.

* * *